

A trajetória do uso do solo por florestas na região dos campos de Lages

The history of soil use by forests in the region of campos de Lages, Santa Catarina, Brazil

Guilherme dos Santos Floriani¹, João Fert Neto^{2*}

Recebido em 03/06/08; aprovado em 17/06/2011.

RESUMO

Estudou-se a história do uso do solo por florestas durante o século XX na região dos Campos de Lages, em Santa Catarina, Brasil. Abordaram-se as mudanças no uso do solo e suas relações com contextos sócio-técnicos, e como estas relações afetaram o significado e o valor dos solos florestais ao longo da história da região. Para compreender as relações entre solos, florestas e sociedade, foi adotado um arranjo conceitual com base na Teoria do Ator-rede (ANT - Actor-network Theory). Trabalhou-se com a hipótese de que a história florestal da Região está relacionada com a dinâmica da ocupação do território e a percepção do valor dos solos ocupados por florestas, mudando esta de acordo com o contexto e as redes socioeconômicas na qual estava inserido o território, mantendo, no entanto uma sociológica similar. Desde a inserção da região na rede das Minas Gerais através do tropeirismo, no início do século XIX, a pecuária tem sido o retrato do uso de uma paisagem campestre nativa, até que, a partir da década de 40, mudanças sócio-técnicas dessem início ao “ciclo do pinho”, com intensa exploração da madeira da *Araucaria angustifolia*. No final do século XX a silvicultura altera a “vocação florestal do solo”, mas controvérsias existentes sobre os reflorestamentos ressignificam o solo utilizado por florestas, instaurando um novo conflito socioambiental. Em todo o período, os solos florestais assumiram significados distintos

para os diferentes atores com o passar do tempo, contudo, mantendo uma mesma sociológica do uso do solo.

PALAVRAS-CHAVE: história florestal, solos florestais, política florestal, redes sociotécnicas, *Araucaria angustifolia*.

SUMMARY

The history of soil use by forests during XX century in Campos de Lages region, Santa Catarina state, Brazil was studied. The changes in the soil use and its relations to sociotechnical contexts have been approached, along with how these relations have affected the meaning and the value of forest soils in the Regions history. To understand the relations among soils, forests and society, a conceptual arrangement was used based on Actor-network Theory (ANT). Since the early XIX Century, when the Region insertion in Minas Gerais network through the tropeirismo occurred, cattle creation has been the typical scenario of the native landscape use. In 1940's, changes on sociotechniques initiated the “cycle of the pine”, with intense *Araucaria angustifolia* wood exploitation. At the end of XX Century, the “soil forest vocation” was modified by forestry. However, existing controversies about the reforestations might change the meaning of the soil used by forests, creating a new conflict. The study concludes that the forest use was more diverse. The forest soil had assumed distinct

¹ N cleo Estrat gico de Gestão Socioambiental, Secretaria Executiva - Ministério de Minas e Energia, Brasília, DF, Brasil.

² Departamento de Engenharia Florestal, Centro de Ciências Agroveterinárias, Universidade do Estado de Santa Catarina (CAV/UDESC). Av. Luiz de Camões, 2090, Bairro Conta Dinheiro, CEP 88520-000, Lages, SC, Brasil. Email: fert@cav.udesc.br. *Autor para correspondência.

meanings for different actors in the course of time, although keeping the same sociallogic of land use.

KEY WORDS: forest history, forest soils, forest policy, socio-technical networks, *Araucaria angustifolia*.

INTRODUÇÃO

Os desafios para se estudar a história florestal da região dos Campos de Lages, Santa Catarina, Brasil, iniciam-se quando se constata que são poucos os registros históricos de atividades florestais antes de 1940, quando iniciou o ciclo da araucária. Antes disso, toda a trajetória de uso das florestas, bem como de outras formas de uso florestal e de exploração industrial da madeira, parecem nunca ter existido na maior parte dos relatos e trabalhos acadêmicos.

Embora isto dificulte um pouco a estimativa da importância da floresta para a formação do povoamento e expansão da pecuária, nos solos mais comuns da região a agricultura dependeu da “coivara” (que consiste na derrubada da floresta, seguida da queima e plantação consorciada de culturas por aproximadamente três anos, dependendo do solo), até o início do uso de insumos químicos. Ou seja, a floresta foi fundamental para a produção de alimentos por mais de dois séculos, e perdura ainda em muitos locais. O consumo intenso de lenha e a aplicação de madeira extraída de florestas naturais na construção civil, ainda hoje, são mostras de uma cultura que tem na floresta fonte de materiais fundamentais para sua reprodução.

A historiografia de Lages se confunde com a da cultura ligada à pecuária, sem que a floresta faça parte, tal como afirma Arruda (1972): “Toda nossa história, é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma nossa raça e se elaboram as forças íntimas da nossa civilização”.

Segundo Cabral (2004), embora se reconheça a existência do setor madeireiro, os historiadores têm negligenciado a floresta como objeto específico de estudo. A história florestal

no Brasil é uma abordagem recente que surge em meio ao esforço da história ambiental (CABRAL, 2004), recebendo contribuições importantes de Dean (1996), Miller (2000), Pádua (2002) e Castro (2002). Mas, diferentemente de outros atores históricos (como o senhor de engenho, o escravo, o bandeirante, o tropeiro, etc.), o madeireiro e mais ainda os povos da floresta permanecem pobremente descritos pela literatura historiográfica (CABRAL, 2004). A representação do passado sem esta temática pode ter contribuído para a perda contínua de importantes registros de valor histórico. A ausência seletiva de registros e estudos torna difícil descrever como a sociedade da época utilizou as florestas. Como identificar os saberes e as técnicas aplicadas, resgatar os valores culturais e sentidos simbólicos do passado? Mesmo assim, ainda é possível se traçar uma história florestal quando se estabelecem associações, como por exemplo, entre as relações sociais que determinaram o uso da terra e a adoção de determinadas práticas e discursos em cada período histórico.

As representações encontradas na história oficial são uma narrativa baseada no exercício do poder, tanto no domínio dos produtos e atividades econômicas centrais, nas notícias e registros oficiais como, mais tarde, na pesquisa técnica. Assim, a pecuária, ao longo dos dois últimos séculos, e a exploração da araucária, a partir de 1940, foram narradas de forma abrangente e aparecem protagonizadas por um amplo coletivo social do qual fez parte a elite regional, agregando, por isto, um status social equivalente à história destas atividades econômicas.

Por outro lado, houve um conjunto bastante amplo de formas de uso florestal que caracterizaram o processo de formação da paisagem e dos modos de vida na região. Alguns exemplos são: a exploração de lenha, madeira para uso não beneficiada industrialmente, madeiras para uso específico (cabos de ferramentas), nós de pinho, xaxim, erva-mate, escoras para construção civil, o uso alternado da terra florestal na prática da “coivara”. Usos esses que, embora hoje sejam pouco significativos em termos econômicos, tiveram uma grande relevância em outros perí-

odos. Este conjunto de usos e atividades florestais compartilham elementos que os tornam tão abrangentes e duráveis quanto aqueles que foram considerados típicos da região, como a pecuária e a exploração industrial da araucária. Contudo, a marginalidade dos grupos sociais que davam suporte a estas atividades pode ter contribuído para seu esquecimento pela história, pois também não conseguiram perpetuar suas formas de vida, seus símbolos, sua linguagem (RIBEIRO DE JESUS, 1991).

O estudo de uma história florestal pode nos permitir compreender como a sociedade abordou a natureza do solo e da vegetação como fatores do desenvolvimento. Por exemplo, o solo, se considerado infértil, seria a causa de campos e florestas pouco produtivos. Contudo, o estado atual de fertilidade muitas vezes é representado, tanto no senso comum como em abordagens técnicas, com um caráter original, tradicional, natural, sem levar em conta a degradação pretérita de campos compactados pelo pisoteio, erodidos e reduzidos pelas queimadas.

Devido à forma como a degradação da natureza foi ressignificada, narra-se a história hoje cotejando-a com uma paisagem atual, como se os campos sempre tivessem sido pouco produtivos. Florestas que até algumas décadas atrás eram “virgens”, hoje, são capoeiras improdutivas, dominadas por árvores tortuosas e baixo incremento anual, assim como áreas consideradas de campo nativo, incluindo aquelas que até bem pouco tempo eram cobertas por florestas.

Tanto as florestas como o solo são atributos naturais, não humanos, no entanto, a leitura e o uso antrópico podem definir em cada momento da história um valor ao solo. Nesse sentido é que se faz necessário contextualizar como o solo foi representado em cada momento histórico na sociedade, por atores sociais como pecuaristas, madeireiros, empresas, pequenos agricultores, e mais recentemente ambientalistas e agentes públicos, incluindo aí as representações da própria ciência, tornando, assim, possível compreender como os solos foram utilizados por florestas em cada período histórico.

O objetivo do trabalho é compreender as relações entre solos, florestas e sociedade ao longo da história, contribuindo, assim, para constituição de uma história florestal da região. O estudo da história florestal dos campos de Lages pode nos permitir avaliar como, ao longo da história, as florestas adquiriram diferentes significados e, com isto, nos ajudar a equacionar questões atuais relativas à preservação de florestas naturais, à produção com florestas plantadas e ao uso do solo. Questões estas que não se limitam à problemática regional, pois estão no centro da agenda florestal em nível mundial. Assim, este trabalho teve como foco central analisar a relação entre o uso do solo e florestas na trajetória histórica da região, trabalhando com a hipótese de que as mudanças da percepção do solo e seu uso por florestas estão relacionadas com as alterações sociotécnicas ocorridas ao longo da história florestal na Região dos Campos de Lages, Santa Catarina.

MATERIAL E MÉTODOS

Analisou-se a evolução das diferentes formas de perceber a floresta e os solos na região a partir de uma abordagem histórica e sociológica. Para isto, propôs-se incorporar um arranjo conceitual (Conceptual framework) tendo como base a Teoria do Ator-rede (ANT - Actor-network Theory) desenvolvida por autores como Callon (1987), Law (1989; 1992), na qual destaca-se o conceito de rede sociotécnica (CALLON, 1986) e a idéia de sociológica de Latour (2000; 2001). Nesta direção, seguiu-se uma vertente de estudos desenvolvidos no Brasil relacionados à sociologia ambiental (GUIVANT, 1997; ACSELRAD, 2004), e a estudos sobre conflitos ambientais (FERT NETO, 2001), bem como as contribuições da etnopedologia (BARRERA-BASSOLS e ZINCK, 1998) e da ciência do solo, além de diversos estudos regionais, notadamente os de Fert Neto (1993), Pereira (2004) e Geisel (2006).

Foram utilizados dados históricos e estatísticos relacionados à história regional e ao setor florestal, e coletados dados em jornais, documentos históricos, cartórios, neste caso,

particularmente, escrituras públicas de terras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a ocupação bandeirante no século XVIII, a região de Lages foi inserida na rede socioeconômica da mineração de ouro e pedras preciosas nas Minas Gerais, que exigia animais de transporte e alimentos em um momento político centrado na disputa territorial entre Portugal e Espanha e busca de fôlego para a formação da unidade nacional. Neste contexto, as fazendas dedicadas à pecuária valorizavam campos, mais propícios à criação de bovinos, e a partir das grandes fazendas, criou-se o principal referencial simbólico da cultura local, na figura do fazendeiro, peões, escravos e agregados, os quais estabeleceram relações particulares em cada momento histórico (FERT NETO, 1993).

As florestas devem ter tido grande importância para a fundação dos povoados e fazendas, no entanto, existem pouquíssimos registros na região sobre o uso das florestas neste período. Enquanto relatos produzidos em meados do século XX afirmam que, no passado, as florestas competiam com pastagens e teriam sido consideradas limitantes à pecuária, pois como afirmou Costa (1982) o “pinheiro nativo... ‘praga’, que deveria ser combatido sem tréguas”; pois “o excesso dele desvalorizava o terreno”, constitui um retrato histórico dos solos florestais com valor econômico e sentido simbólico inferiores aos solos campestres (PEREIRA, 2004).

As diferentes formações fitogeográficas, até o início da colonização europeia, originaram-se pelas mudanças climáticas ocorridas entre 1000 e 1500 anos atrás, que levaram as florestas, até então confinadas aos vales úmidos, os “refúgios”, a iniciarem seu retorno para o planalto. Embora, deva-se considerar que o avanço da floresta sobre áreas de campo pode ter sido impedido por práticas antrópicas promovidas por grupos nativos que ocupavam remotamente a região. Há mais de 400 anos, um contingente difícil de estimar de indígenas com hábitos extrativistas, caçadores e, em certa medida, agrícolas, pode ter contribuído para a eliminação dos grandes

herbívoros locais e, com o uso generalizado do fogo, criaram uma resistência ao avanço da floresta nas áreas campestres, tornando a paisagem propícia para expansão de gado a partir do século XVI e XVII. As missões jesuíticas e diversos modos de migração contribuíram para que o gado bovino e equino fosse espalhado por toda a bacia platina durante a colonização luso-espanhola, consolidando o uso pastoril dos campos do planalto meridional do Brasil (DEAN, 1996). Lages assim foi conhecida por suas grandes fazendas dedicadas à pecuária extensiva (COSTA, 1982).

A política de apropriação das terras iniciada no século XIX, associada às técnicas empregadas na expansão dos rebanhos e o manejo das pastagens na vegetação campestre local, resultou na formação e consolidação de uma paisagem pastoril. A ocupação territorial movida pela pecuária valorizava áreas de campo e atribuía valor marginal aos solos ocupados por florestas. A paisagem campestre antropizada passou a ser considerada uma vocação econômica natural, por ser baseada em uma paisagem nativa original. Assim a rede socioeconômica formada pela mineração-tropas condicionou a ocupação do território e a formação da paisagem ao longo da história da região.

A partir de 1940, iniciou-se um período de intensa exploração da madeira da *Araucaria angustifolia*. A exploração da Floresta com Araucária (Floresta Ombrófila Mista) tornou-se a principal fonte de trabalho e renda da Região dos Campos de Lages. No auge deste período, a “Princesa da Serra” como era chamada a cidade de Lages, chegou a responder por mais de 50% do ICM Estadual. Este período ficou conhecido por “Ciclo do Pinho” (THOMÉ, 1995) ou “Ciclo da Madeira” e teve maior intensidade entre 1950 até 1970, enfraquecendo com o fim das reservas naturais. Esta mudança de valor social daria início a uma nova forma de perceber os solos ocupados por florestas, rompendo com uma percepção da terra tipicamente pastoril.

Regiões campestres, retratadas como tendo poucas araucárias, esparsas nos campos e capões de matos isolados nas coxilhas, como

uma parte secundária da paisagem pastoril, chegaram a ter centenas de serrarias, como se observa nos trabalhos de Agostini (2004) e Varela et al. (2006). Se nem toda a região do Planalto era ocupada por campos silvestres, mas por densas florestas que impediam até “a passagem de pessoas”, então, formou-se uma representação que naturalizou a paisagem antrópica, que não existia naturalmente sem a presença do novo colonizador, mas passou a ser considerada como original, como é genericamente tratado o “campo nativo”. A representação da natureza regional, caracterizada pela dualidade de campos e florestas foi dominada, na historiografia tradicional, pelo destaque único às fazendas de criação de gado e ao corte de araucária, omitindo em grande parte a diversidade histórica de gente, locais e tempos.

Mudanças na representação do uso do solo nas escrituras públicas no século XX.

Na paisagem pastoril são poucos os atributos do solo registrados nas escrituras públicas de terras até o início do século XX. Inicialmente possuíam uma descrição muito sucinta sobre a localização das glebas, não eram descritas a dimensão da área, e faziam referência apenas a uma parte de campos e matos. Por exemplo, em uma escritura de 1848, o atestado de posse dos vendedores, emitido no mesmo ano, incluía a existência de florestas e pessoas pertencentes aos proprietários, como segue:

“Dizem Luiz José de Oliva Ramos e sua Ex Maria Gertrudes Oliva Ramos q’elles são senhores e possuidores de umas partes de campos, matos e dos moradores tudo no lugar denominado bananeiras como consta das escrituras q. junto afez . 28 de jan.. de 1846” (Arquivo Museu Thiago de Castro).

Nas escrituras públicas de 1913 já se liam referências à atividade agrícola, com a “venda de bens de raiz de uma parte ideal de terras lavradas e de pastagens na costa do rio caveiras

no distrito de Campo Belo”¹, quanto menor a área, mais detalhada a descrição do terreno. Em 1915, a descrição de uma propriedade rural de 68 hectares:

“uns campos e matos próprios para indústria pastoril terrenos mais ou menos planos, sem pedra ferro, com arroios, sangas, banhados, capões e restingas de matos na secção dos Índios vendido por dois contos de reis”².

No período em que a pecuária teria predominado, muitas áreas florestais mais propícias ao extrativismo, à caça e à agricultura de “coivara” (derrubada e queimada) foram ocupadas pelos remanescentes sociais das grandes fazendas: ocupantes de pequenas áreas, agregado e até colonos vindos de outras regiões, produzindo alimentos de modo funcional às grandes fazendas. Regiões de solos férteis como a de São José do Cerrito eram chamadas no início do século XX por “Carú”, que significava solo fértil. Densamente florestada, alimentou um núcleo agrícola, e provavelmente a agricultura era a principal ocupação local, e por isto, o “Carú” também era chamado, na década de 20, como “Quintal de Lages”³. Porém, não recebia a mesma política das áreas até então produtoras de gado, como revela a construção na década de 1920 da estrada da Coxilha Rica, enquanto o “Carú” era ligado por uma “picada”.

Como revelam as escrituras públicas de terras, ficou uma representação historiográfica distinta, no que se refere à terra, em relação ao pecuarista das grandes fazendas e aos agricultores, talvez pelo fato destes construírem em um segmento social marginalizado e, portanto, não terem objetivado suas representações na história com maior relevância. Como afirma Tamanini (2000) sobre aqueles marginais do processo de desenvolvimento, “a história oficial local os relega

1 Museu Thiago de Castro, tomo 1318. p33

2 Tombo 1210. Museu Tiago de Castro. De Luiz Candido de Andrade, para Manuel Peas de Farias.

3 Costa, O. O Planalto. 1922.

ao anonimato e passividade e constantemente os liga aos “vilões sociais” ou “vilões do progresso”.

A percepção do solo no início do século XX era diversificada, fruto da ação de diversos atores sociais. O uso do solo se diferenciava à medida que contextos socioeconômicos eram criados pela combinação da disponibilidade e posse da terra, comunicação (principalmente acesso terrestre) e profusão de redes socioeconômicas.

Este processo afetou o oferecimento de tecnologias agropecuárias pelos órgãos públicos já no início do século XX. Em um extremo, estavam os relacionados a propriedades rurais de dimensões reduzidas, na sua maioria localizadas em regiões florestais e tidos, à época, com maior vocação agrícola devido à fertilidade natural dos solos e disponibilidade de mão-de-obra. No outro, a evolução sociotécnica da pecuária criou um contexto que mantinha a idéia do “isolamento geográfico” associado à preservação de uma estrutura fundiária que determinava politicamente o uso do solo na região, resultando na marginalização social e política dos solos ocupados por florestas. A marginalização destes grupos com o passar do tempo contribuiu para a resignificação do valor da floresta e contribuiu para a perda da história sobre usos, crenças e saberes associados ao uso florestal do solo. Uma manifestação disto é a inexistência de identidade dos trabalhadores em atividades florestais, tais como os envolvidos na produção de pinhão, semente comestível da araucária (*Araucaria angustifolia* St. Hill.) (FLORIANI *et al.*, 2007).

Madeira de araucária como desenvolvimento

Durante todo o primeiro terço do século XX, a exploração da madeira de araucária, da imbuía (*Ocotea porosa*) e de folhas de erva-mate se expandiu nas regiões do Planalto Norte e do Oeste de Santa Catarina, financiando a implantação de parques industriais nas regiões atualmente conhecidas como as mais desenvolvidas do Estado (GOULART FILHO, 2003). No entanto, a madeira da araucária foi explorada em Lages somente no final da década de 1940, demorando quase meio século para Lages fazer uso de seu

potencial florestal. Estas mudanças ocorridas na região estavam associadas a uma série de eventos nacionais e internacionais que marcaram a história florestal mundial nos últimos 50 anos. A região é uma amostra das arenas que definiram o setor de base florestal nacional. As últimas fontes de araucária no Brasil, constituindo a principal fonte de madeira para a construção de Brasília através de empresas locais como a Battistella (SILVEIRA, 2005).

A exploração florestal intensificada no ciclo da madeira da araucária, a partir de 1940, alterou a percepção do uso do solo com a valorização da floresta como resultado de mudanças sociotécnicas. Essas mudanças foram: chegada de madeireiros com espírito empreendedor, processo de urbanização e mercado para madeira, caminhão, trator, motosserra e estradas. A exploração das florestas nativas foi viabilizada pela mobilização de novos atores em uma rede socioeconômica movida pelo comércio da madeira que agenciava novas formas de transporte e industrialização da madeira. A percepção sobre o valor dos campos e floresta mudou, mas não rompeu com a sociológica de uso da terra, que incorporou a venda da madeira, condicionando a forma de exploração de diferentes espécies florestais à manutenção ou eliminação da cobertura florestal. Por consequência, possibilitou o fortalecimento da ampliação da pecuária pelo acréscimo de renda que proprietários rurais obtinham com a venda da madeira, e ampliação das áreas de campo pelo desmatamento.

Na década de 1970, percebia-se os efeitos sociais do fim do ciclo da madeira, pelo forte êxodo rural e descontinuidade da base florestal da indústria local, devido ao esgotamento das reservas naturais de araucária, dando início a uma forte recessão econômica (SILVEIRA, 2005; GOULART FILHO, 2002). Contudo, Lages até 1986 mantinha-se como a terceira maior economia de Santa Catarina (AGOSTINI, 2001), indicando que o fim da araucária afetou a sociedade de formas distintas, devido à concentração de renda e porque o ciclo da madeira foi mais longo do que em outras regiões.

A era da silvicultura

A silvicultura iniciada na década de 1950, antes do final do ciclo da madeira, não sucedeu a exploração da araucária, mas se desenvolveu sob influência desta. A nova rede sociotécnica incorporou gradativamente os atores da rede da araucária, como a sub-rede dos transportes, os trabalhadores e empreiteiros “do mato”, serrarias e proprietários de terras. Ao viabilizar o reflorestamento com espécies exóticas a percepção dos solos modificou-se, inicialmente com a incorporação de inovações tecnológicas e alinhamento de atores humanos e biológicos ao contexto edáfico local. A ruptura ampliou-se com a utilização de solos ocupados por campos para reflorestamentos e a proteção de florestas de araucária como marketing ecológico. O reflorestamento com espécies exóticas e a industrialização da madeira se tornou uma atividade necessária e mesmo irresistível, pontualizando os diversos atores na rede sociotécnica da silvicultura. Este fato se comprova através dos agenciamentos dos atores desta rede que, ainda em formação, permitiram o alinhamento de seus interesses, tornando a silvicultura um ponto obrigatório de passagem as atividades econômicas regionais.

Desta forma, a recessão econômica de Lages em relação aos demais municípios do Estado foi superada coincidentemente com o início de uma nova efervescência da atividade florestal, com o avanço dos reflorestamentos de pinus (*Pinus elliotti* e *P. taeda*). A implantação do pinus iniciou-se em áreas naturalmente mais florestadas, onde fábricas de Papel e Celulose haviam consumido as florestas locais. Mas no final do século XX, expandiu-se sobre áreas de campo, que passaram a ser consideradas mais propícias para o reflorestamento.

Em 2003, a Região de Lages possuía 276 indústrias de base florestal que propiciavam 6900 empregos diretos e mais de 15.870 indiretos. Em salários circulavam R\$3,38 milhões mensalmente. Para a economia regional a madeira ultrapassava 50% de toda a movimentação financeira (GEISER, 2006). A indústria de base florestal

respondia por 36,5% da geração de empregos e a de papel e papelão por 28,2% (SIMIONI, 2007). A região possui 17% da área do Estado, possui cerca de 225 mil ha de florestas plantadas, 14% da região (ICEPA, 2003). Este valor é próximo do número de remanescentes com florestas nativas, de 17% (SOS MATA ATLÂNTICA, 2002). Isto faz com que a região seja reconhecida pelo grande número de reflorestamentos. Alguns municípios apresentam uma extensa ocupação da terra com pinus. Municípios como Correia Pinto, que possui apenas 3,86% de cobertura (2.414 ha) com vegetação natural da Mata Atlântica, detêm 48% com reflorestamentos.

Por outro lado, o município de Bom Retiro possui 37,42% da superfície coberta por remanescentes da Mata Atlântica, representando quase 40 mil ha. Destaca-se, assim, a ocupação do território por florestas, seja naturais ou plantadas, contrastando com a representação da região de Lages coberta de campos. Embora a silvicultura tenha sido influenciada pela exploração da araucária, sua evolução decorreu de uma trajetória distinta, criando um tempo-espaço próprio que mudariam a percepção dos solos para uso florestal.

Assim, no final do século XX, ocorre uma ruptura na percepção do solo florestal, invertendo a idéia de vocação florestal dos solos da região, pois o campo foi valorizado para conversão florestal, porque não apresentava limites legais e práticos na implantação de povoamentos florestais. Este processo alimentou conflitos socioambientais derivados da expansão dos reflorestamentos de pinus sobre campos nativos e da restrição de uso das florestas nativas protegidas legalmente, redefinindo as redes sociais em dimensões e sentidos ainda desconhecidos, pois geram novos significados para o uso do solo por florestas. Estes conflitos estimularam questionamentos entre os atores da rede da silvicultura, que possuem distinta percepção do solo e de seu uso por florestas, criando até conflitos entre as recomendações técnicas e as práticas florestais adotadas.

No final do século XX, a busca pela diversificação da base florestal introduziu

espécies florestais mais exigentes, como o eucalipto, da mesma forma, as novas condições socioeconômicas estimulam a busca pela elevação dos níveis de produtividade dos reflorestamentos de pinus. A redução do preço da madeira e o aumento do preço das terras estimulam a escolha mais refinada dos sítios edaficamente mais apropriados e adoção de tecnologias mais eficazes, resultando em um estímulo aos atores envolvidos a perceberem diferenças nos solos. No entanto, estas mudanças são ainda pouco compreendidas ao incluir-se a diversidade de percepção e representação nos usos do solo e da floresta, utilizados por cada um dos atores envolvidos de acordo com interesses e formas próprias de ação.

CONCLUSÕES

Pode-se concluir que as mudanças na percepção do solo para uso florestal ao longo da história manteve uma sociológica de uso da terra, mas alterou a idéia de vocação florestal do solo. Os diferentes usos florestais do solo estão relacionados à percepção social do solo na região. A formação simbólica da floresta varia com a diversidade de ambientes ecológicos e humanos que alimentaram trajetórias históricas próprias, onde atributos do solo são considerados na definição da vocação da atividade florestal em determinado local. Todavia, a condição propícia para o desenvolvimento do setor em determinado contexto histórico dependerá muito de como se constrói significados e se relacionam florestas, solos e sociedade em cada momento específico. A construção destes significados é particular da região, onde os ambientes ecológicos resultaram em formas de percepção da floresta bastante distintas ao longo da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINI, E. **Da araucária ao Pinus: uma análise geográfica do Planalto de Lages**. 2001. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relumê Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.
- ARRUDA, I. **Revivendo o passado**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1972. 101p.
- BARRERA-BASSOLS, N.; ZINCK, J.A. **Etnopedology in a worldwide perspective**. Enschede: International Institute for Aerospace and Earth Sciences (ITC), 2000. 632p.
- BARROS, N.F.; NOVAIS, R.F. (eds.). **Relação solo- eucalipto**. Viçosa: Ed. Folha de Viçosa, 1990. 330 p.
- BARROS, N.F.; COMERFORD, N.B. Sustentabilidade da produção de florestas plantadas na Região Tropical. **Tópicos em Ciência do Solo**, Viçosa, v.2, p.487-592, 2002.
- BORGES, NC. Nem anjos, nem demônios: apenas homens (Lages, 1840-1870). In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 3., 2007. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007. 12p. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/52.52.pdf>
- CABRAL, D.C. Produtores rurais e indústria madeireira no Rio de Janeiro do final do século XVIII – Evidências empíricas para a região do vale do Macacu. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 2, 2004.
- CALLON, M. “Society in the making: the study of technology as a tool for sociological analysis”. In: BIJKER, W. et al. (eds.) **The social construction of technological systems**. Cambridge: MIT Press: 83-103, 1987.
- CALLON, M. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and fishermen of St. Brieuc Bay. In: Law, J. (ed). **Power, action, belief: a new sociology of knowledge?** London: Routledge. 1986. Sociological Review Monograph, 32: 196-233.
- CASTRO, C. **Gestão florestal no Brasil Colônia**. 2002. 199 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- COSTA, L. **O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. 4 vols., 1739pp.
- DEAN, W. **A ferro e fogo: a história e a devastação**

- da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- FAO. **State of the World's Forests**. 2005.
- FERT NETO, J. **Problemas ambientais rurais e mudanças sócio-técnicas: a trajetória da piscicultura orgânica em Santa Catarina**. 2001. 319 f. Tese (Doutorado) - Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- FERT NETO, J. **O clientelismo nas relações de trabalho capitalistas**. 1993. 287 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFRGS, Porto Alegre, 1993.
- FLORIANI, G. dos S. et al. Conservação florestal e viabilidade da produção florestal familiar: estudo da Rede Sócio-técnica do Pinhão no Planalto Catarinense. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE SISTEMAS DE PRODUÇÃO. **Anais...** Ceará, 2007. Disponível em: www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/150.pdf
- GEISER, G. C. **O polo madeireiro e suas implicações no desenvolvimento da região dos Campos de Lages, Santa Catarina**. 2006. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, UFSC, Florianópolis-SC, 2006.
- GIDDENS, A. **Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e tréplicas**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. 390p.
- GONÇALVES, J.L.M.; BENEDETTI, V. (eds.). **Nutrição e fertilização florestal**. Piracicaba: IPEF, 2000. 427 p.
- GONÇALVES, J.L.M. et. al. Relações entre a produtividade de sítios florestais de *Eucalyptus grandis* e *Eucalyptus saligna* com as propriedades de alguns solos de textura arenosa e media no Estado de São Paulo. **IPEF**, Piracicaba, n.43/44, p.24-39, 1990
- GOULARTI FILHO, A. Formação econômica de Santa Catarina. **ABPHE**, São Paulo, p.1-25. 2003
- GUIVANT, J. Heterogeneidade de Conhecimentos no Desenvolvimento Rural Sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.14, n.3, p411-448, 1997.
- ICEPA – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – SDR LAGES: Caracterização Regional**. Florianópolis: Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2003. 36p. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/diagnostico/LAGES.pdf>
- LATOUR, B. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000. 438p.
- LATOUR, B. **A Esperança de Pandora**. Florianópolis: EDUSC, 2001. 370p.
- LAW, J. O Laboratório e suas Redes. In: CALLON, Michel (org). **La Science et ses reseau**. Paris: La Découverte, 1989, 156 p.
- LAW, J. Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy, and Heterogeneity. **Systems Practice**, New York, v. 5, p. 379-93, 1992.
- MILLER, S. **Fruitless trees: portuguese conservation and brazil's colonial timber**. Stanford: Stanford University Press, 2000.
- PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PEREIRA, J. A. **Percepção do uso do solo e desenvolvimento rural: um estudo da etnopedologia no planalto sul de Santa Catarina**. 2004. 150p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado em Ciência do Solo, UDESC, Lages, 2004.
- PRIMACK, R; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001. 328p.
- SBS. **Fatos e Números do Brasil Florestal**. São Paulo, 2006. 106p. Disponível em: www.sbs.org.br
- SIMIONI, F. J. **Análise diagnóstica e prospectiva da cadeia produtiva de energia de biomassa de origem florestal no Planalto Sul de Santa Catarina**. 2007. 132 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, UFPR, Curitiba, 2007.
- RIBEIRO DE JESUS, S. **Formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo do planalto serrano**. 1991. 176 p. Dissertação

(Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, UFSC/CFH, Florianópolis, 1991.

SILVEIRA, C.R. **História da Indústria da Madeira:** Serra Catarinense, 1940-2005. Lages: [s.n.], 2005. 425p.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica:** período 2000-2005. Remanescentes da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina – Dinâmica entre o período 2000-2005. São José dos Campos: Fundação SOS Mata Atlântica / Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

TAMANINI, E. **Vidas transplantadas: museu, educação e a cultura material na (re) construção do passado.** 2000. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UNICAMP, Campinas, 2000.

THOMÉ, N. **Ciclo da madeira:** história da devastação da floresta de araucária e do desenvolvimento da indústria da madeira em Caçador e na Região do Contestado no século XX. Caçador: Universal, 1995.

VARELA, I.A. et al. **Caminho das Tropas:** caminhos, pousos e passos em Santa Catarina. Lages: Ed. Uniplac / Sebrae, 2006.